

Diálogo Interamericano condena o monitoramento

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) mantiver a sua política de impor recessão aos países endividados, nem o Brasil e nem qualquer outro país da América Latina deverão aceitar o seu monitoramento. A idéia foi defendida pelo Comitê Executivo do Diálogo Interamericano, que esteve reunido durante dois dias em Brasília, com o objetivo de propor alternativas para o problema da dívida no continente. O presidente do Grupo, Sol Linowitz — ex-presidente da Xerox Internacional — acredita que o Fundo já está mudando a sua política, mas é imprescindível que o volume dos novos empréstimos colocados à disposição pelos países-membros seja maior que o volume das amortizações.

O Inter-American Dialogue é um grupo formado por empresários, economistas, banqueiros e políticos de considerável peso nas Américas, principalmente nos Estados Unidos. Entre os seus 60 membros estão personalidades conceituadas, como o norte-americano Albert Fishlow, um dos principais economistas do Banco Mundial. O Diálogo, que é um projeto não governamental e apartidário, não tem em sua composição nenhuma pessoa que esteja exercendo funções de responsabilidade no governo do seu país.

No documento divulgado ontem, após dois dias de reunião, o Comitê

Executivo do Diálogo Interamericano frisa que “o problema da dívida para os países da América Latina e do Caribe não é uma questão meramente financeira ou técnica. Acima de tudo, é uma questão social e política”. O Grupo advertiu que o Brasil já cometeu graves erros no gerenciamento da sua economia e que eles precisam ser reparados. Lembrou, no entanto, que “melhores políticas por si só não resolverão os problemas provocados pela saída de 5% do PNB na forma de pagamentos de juros”. No relatório os membros do Grupo afirmam que “a saída de capitais terá que ser reduzida radicalmente e eventualmente invertida e juntamente com isso os países endividados precisarão de uma combinação de empréstimos novos”.

O Inter-American Dialogue sugere ainda que os governos dos Estados Unidos e de outros grandes países trabalhem junto aos bancos, a fim de assegurar um leque mais amplo de alternativas. Essas alternativas, segundo Sol Linowitz, deverão permitir aos devedores a reorganização das suas dívidas e inclusive o adiamento dos pagamentos dos juros e a troca da dívida por participações acionárias multilaterais. De acordo com o documento, os países desenvolvidos devem participar mais ativamente das negociações internacionais da dívida, não as deixando exclusivamente sob a responsabilidade dos bancos comerciais.